

Discurso de Abertura

Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

17 de outubro de 2012

Srs. Deputados,

Agradecendo esta nova oportunidade que me é dada de vir a esta Comissão Parlamentar prestar contas pela política seguida na Educação e na Ciência, permitam-me que vá direto ao essencial.

. O nosso objetivo é melhorar a Educação em Portugal e reforçar a competitividade do nosso sistema científico. Estes são os alicerces do desenvolvimento.

. Sempre assumimos que a promoção da educação e da ciência é um projeto partilhado por todos; que é fundamental alicerçar o futuro numa educação de qualidade; que é fulcral alicerçar o futuro num sistema científico competitivo.

. Olhámos: para as melhores práticas internacionais; para os estudos mais recentes; e atendendo ao contexto nacional, às experiências e resultados estabelecemos as nossas prioridades.

- 1- Reforço dos conhecimentos essenciais dos alunos;
- 2- Reforço da qualidade de docência;
- 3- Reforço da avaliação;
- 4- Reforço da liberdade de escolha;
- 5- Reforço da autonomia;
- 6- Reforço da competitividade internacional do nosso Ensino Superior e Ciência.

. Como sempre dissemos, não queremos revoluções, mas sim mudanças graduais e progressivas, por isso não fizemos uma revolução no currículo, que realmente necessita de grandes mudanças, mas limitámo-nos a fazer uma revisão da estrutura curricular e começar a estabelecer metas curriculares em disciplinas fundamentais.

. Não queremos uma política de facilidade, mas sim de igualdade de oportunidades, por isso estabelecemos novas provas e exames finais, acompanhados de medidas para ajudar todos os jovens a progredir.

. Não queremos opacidade mas sim transparência. Os professores, os pais, os jovens e os senhores deputados têm hoje acesso a mais e melhor informação. Acabámos, por exemplo, de divulgar mais dados sobre os resultados das escolas, permitindo a sua análise no contexto envolvente. Colocamos na internet resultados sobre as bolsas de ação social no ensino superior e na ciência. Em tempo real. Este é um caminho de liberdade responsável que estamos empenhados em trilhar.

Srs. Deputados,

. A educação envolve muito mais que a mera injeção de recursos financeiros; envolve liberdade, exigência, avaliação e trabalho. Veja-se, por exemplo, o recente estudo da OCDE sobre os recursos alocados ao ensino, onde se mostra onde estão os fatores centrais do sucesso. Permitam-me que cite diretamente o relatório (*PISA in Focus 13*, 2012):

Does money buy strong performance in PISA?

- *Greater national wealth or higher expenditure on education does not guarantee better student performance. Among high-income economies, the amount spent on education is less important than how those resources are used.*
- *Successful school systems in high-income economies tend to prioritise the quality of teachers over the size of classes.*
- *School systems that perform well in PISA believe that all students can achieve, and give them the opportunity to do so.*

(tradução livre realizada no momento da leitura)

. A exigência e rigor na utilização dos recursos escassos, e que espelham o esforço pedido aos portugueses para ultrapassar a crise e garantir a rápida recuperação da nossa soberania financeira, apenas demonstram o nosso enorme respeito e cuidado pelo dinheiro dos contribuintes e o nosso empenho em tornar cada euro aplicado num euro bem investido.

. Nesse propósito, repito, centrámo-nos no essencial. Com um sentido reformista, de uma forma prudente, mas determinada e fundamentada, mudámos no ensino básico e secundário:

- 1- Temos menor dispersão curricular e reforço no ensino nas disciplinas estruturantes; Temos mais Português; temos mais Matemática; mais História e Geografia; mais Ciências Naturais; mais Físico-Química. Centrámo-nos nos conhecimentos fundamentais.

2- Temos metas curriculares que estabelecem objetivos claros para as disciplinas de Português, Matemática, E.V., E.T e TIC. Iremos continuar... Este ano apresentaremos e discutiremos as metas para outras disciplinas. No Ensino Básico: História, Geografia, Ciências Naturais, Físico-Química e Inglês; No Ensino Secundário, estamos a trabalhar nos programas e metas de: Português, Matemática, Biologia, Geologia, Física, Química, Físico-Química A e Biologia e Geologia. Pretendemos que as metas estabeleçam patamares claros para conhecimentos a adquirir e referentes claros para a avaliação.

Este ano,

- 3- Demos mais autonomia às escolas nos seus projetos educativos; (mais horas flexíveis no currículo, mais horas de crédito para ofertas complementares);
- 4- Demos mais liberdade de escolha aos pais no que respeita à escolha da escola;
- 5- Temos um novo estatuto do aluno e ética escolar que reforça a autoridade dos professores e promove a aprendizagem dos alunos;
- 6- Prosseguimos a racionalização da rede de ensino e alargámos os contratos de autonomia;
- 7- Começámos a reforçar, em parceria com várias empresas, o programa de alimentação nas escolas;
- 8- Desenvolvemos e vamos consolidar uma cultura de monitorização e avaliação a todos os níveis do sistema

de ensino, assente no rigor, na responsabilização e na detecção precoce de dificuldades. Este ano haverá Provas Finais no 4.º ano de escolaridade. E haverá apoio especial para os que não obtiverem resultados satisfatórios na primeira prova. Queremos que os alunos passem, mas que passem sabendo;

9- Estamos a apoiar os alunos que revelam dificuldades. Demos mais condições às escolas para o fazer, demos mais horas para os apoiar, demos mais flexibilidade para o fazerem. Não queremos deixar ninguém para trás, mas o avanço tem de ser conquistado pela aquisição do conhecimento.

. Estamos a valorizar e a dignificar o ensino profissional, através do incremento da sua vertente prática e do desenvolvimento de estágios no tecido empresarial local e regional.

. Estamos a criar uma nova oferta: o ensino vocacional. Este ensino é uma via diferente do chamado ensino regular e do ensino profissional. É uma via que se pretende oferecer a alunos que, em determinada altura do seu percurso escolar, se adaptem melhor a um ensino mais prático e que, através do contacto direto com várias atividades profissionais, perspetivem o seu futuro. É uma via que pretende abrir possibilidades e não fechá-las. Neste momento, desde o dia 24 de setembro, temos um projeto-piloto a decorrer em 13 escolas - 1 a mais do que o inicialmente previsto. Muitas outras escolas se ofereceram por todo o país, mas pretendemos gradualmente ajustar a oferta em função dos resultados avaliados.

Srs. Deputados,

. Tudo isto tem sido alcançado com muito trabalho, empenho e dedicação de diretores, professores, funcionários, autarcas pais e alunos. Tudo isto tem sido construído com muita participação e diálogo.

. Estamos cientes das dificuldades económicas e financeiras que as famílias enfrentam. Através de parcerias com a sociedade civil, de políticas de proximidade, tudo estamos a fazer para as minorar.

. Estamos cientes que foram criadas falsas expectativas, por desajuste da oferta e das necessidades, para a carreira docente. Queremos garantir que aqueles que acedem a esta carreira sejam os melhores; estamos a fornecer instrumentos e condições para que os professores possam desenvolver a sua missão primordial: ensinar.

. Estamos cientes que houve erros. Estamos a trabalhar para garantir a correção de injustiças e promover a confiança dos professores e dos pais no sistema, salvaguardando sempre os interesses dos alunos.

. Com toda a clareza informo que os recursos financeiros são limitados; o ensino público não pode absorver todos aqueles que desejam ser professor; mas com toda a confiança afirmo que não há limite ao engenho e à capacidade criativa dos nossos estudantes e investigadores; com toda a confiança, afirmo que temos grandes professores. São eles os recursos de qualquer país, pretendemos destacar o valor que sempre tiveram.

. No Ensino Superior incentivaremos as instituições para que, no âmbito da sua autonomia, reforcem o seu papel promotor da economia local e continuem a desenvolver a sua competitividade científica e internacional.

- 1- Estamos a rever o RJIES;
- 2- Estamos a rever a lei de Bolonha, nomeadamente na creditação de experiência profissional.

. Estamos atentos às necessidades dos alunos que precisam de apoio, sem perder de vista a necessidade de estimular e de desafiar os melhores; sem diminuir a exigência. Depois de termos garantido a sustentabilidade do programa de bolsas, melhorámos o seu Regulamento para promover a celeridade na atribuição do apoio e a transparência do processo.

Este ano

- 3- O anúncio dos resultados do concurso nacional de acesso ao Ensino Superior foi feito muito mais cedo do que era habitual. Isto permitiu que, pela primeira vez, as aulas do 1.º ano começassem tão cedo como as dos outros anos.
- 4- Melhorámos o Regulamento de Bolsas: O novo Regulamento foi publicado muito mais cedo (22 de Junho); Um regulamento que pôs fim aos prazos de candidaturas, que passam a estar permanentemente abertas; um regulamento que está a aumentar a celeridade da atribuição de bolsas. Este ano a exigência de aproveitamento para a renovação de bolsas subiu para 60%. É um novo patamar de exigência e seriedade.

- 5- Criámos no portal da DGES um simulador do valor de bolsa.
- 6- Nas orientações para a fixação das vagas nas IES públicas foi pela primeira vez introduzida uma referência à empregabilidade, sem prejuízos para a liberdade de escolha dos alunos.
- 7- Queremos que os alunos façam escolhas livres e informadas, por isso disponibilizámos informações sobre a empregabilidade dos cursos.
- 8- Como resultado de um trabalho continuado dos reitores das universidades, dos presidentes dos politécnicos e também deste ministério, assegurámos uma presença forte no programa brasileiro “Ciência sem Fronteiras”. Há neste momento 12 mil jovens desse país que se candidataram a estudar em Portugal. O nosso país, e as nossas instituições, são os mais procurados por esse programa.

Apesar de um contexto económico adverso, o Governo assume claramente no seu Programa para a Ciência o compromisso de manter e reforçar o rumo de sucesso da ciência e da tecnologia em Portugal. Assegurando sustentabilidade ao que de melhor se faz no país, criando condições para fazer crescer a nossa competitividade, facilitando a transferência tecnológica dos conhecimentos gerados na investigação científica para o tecido produtivo, encorajando os investimentos privados na ciência e na tecnologia.

Foram, assim, estabelecidas prioridades claras:

- 1) Privilegiar os apoios às atividades de I&D de excelência; foram criadas novas tipologias de projetos e está a ser lançado um concurso para avaliação e funcionamento de unidades de I&D;
- 2) Investir preferencialmente no capital humano e na qualidade dos indivíduos, particularmente os mais jovens; por isso mantemos e lançámos as novas *bolsas de doutoramento e pós-doutoramento*;
- 3) Assegurar a permanência dos melhores investigadores atualmente em Portugal, e atrair do estrangeiro os que queiram contribuir neste percurso de exigência qualitativa, por isso lançamos o programa *Investigador FCT*;
- 4) Incentivar os doutoramentos em instituições de excelência nacionais; o concurso nacional para programas doutorais será lançado em novembro;
- 5) Incentivar o estabelecimento e dinamização de parcerias entre as unidades de investigação e as empresas de modo a desenvolver programas de investigação aplicada e promover o emprego; reforçamos e modificamos a UTEN com uma nova estrutura.
- 6) Incentivar a colaboração internacional; por isso renegociámos e conseguimos uma posição muito mais vantajosa nas parcerias norte-americanas CMU e AT, e estamos a finalizar as negociações com o MIT.

Srs. Deputados,

. O nosso investimento é no conhecimento; o nosso investimento é na informação; o nosso investimento é na transparência; o nosso investimento é na competitividade e na excelência. Tem sido assim e continuará a ser.